

ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 11/12/2024

Aceito em: 30/08/2025

Publicado em: 15/12/2025

Vidas em Luta: Desafios, Experiências e Preconceitos Vividos por Mulheres Trans na Prostituição

Lives in Struggle: Challenges, Experiences and Prejudices Experienced by Trans Women in Prostitution

Vidas en lucha: desafíos, experiencias y prejuicios que viven las mujeres trans en prostitución

Aroldo Vieira de Moraes Filho¹
Zilmar Gonçalves Santos²



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe18775>

Resumo: A prostituição, enquanto fenômeno social, impõe desafios específicos à construção de identidades, sobretudo quando relacionada a mulheres transexuais. Estigmas, marginalização e exclusão social moldam tanto a forma como essas mulheres se percebem quanto a maneira como são vistas pela sociedade. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as percepções, vivências e estratégias de enfrentamento de mulheres transexuais em situação de prostituição. Para tanto, foi adotada uma abordagem exploratória, descritiva e qualitativa, com a aplicação de questionários a 20 mulheres transexuais nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia – GO. A análise dos dados revelou que a prostituição impacta a construção da identidade social dessas mulheres, reforçando vulnerabilidades marcadas por transfobia, racismo e exclusão educacional e laboral. Contudo, também se observaram formas de resistência, resignificação e elaboração de projetos de futuro que apontam para agenciamentos possíveis mesmo em contextos de precariedade. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas públicas inclusivas e interseccionais, bem como de mudanças socioculturais que desconstruam estigmas e promovam o reconhecimento pleno da dignidade das mulheres transexuais.

Palavras-chave: Identidade social. Vulnerabilidade social. Mulheres Transexuais.

¹ Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0642159645249357>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2325-1374> Contato: aroldodemoraes@gmail.com

² Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8435005519684374>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6101-6101> Contato: zilmar.santos@unimontes.br



Abstract: Prostitution, as a social phenomenon, imposes specific challenges to the construction of identities, especially when related to transgender women. Stigmas, marginalization, and social exclusion shape both how these women perceive themselves and how they are perceived by society. This study aimed to understand the perceptions, experiences, and coping strategies of transgender women engaged in prostitution. An exploratory, descriptive, and qualitative approach was adopted, applying questionnaires to 20 transgender women in the municipalities of Goiânia and Aparecida de Goiânia, Brazil. Data analysis revealed that prostitution significantly impacts the construction of social identity among these women, reinforcing vulnerabilities marked by transphobia, racism, and exclusion from education and the labor market. Nevertheless, forms of resistance, re-signification, and the creation of future projects were also identified, pointing to possible agency even in contexts of precarity. The findings highlight the urgent need for inclusive and intersectional public policies, as well as broader sociocultural changes to deconstruct stigma and promote full recognition of the dignity of transgender women.

Keywords: Social Identity. Social Vulnerability. Transgender Woman.

Resumen: La prostitución, como fenómeno social, impone desafíos específicos a la construcción de identidades, especialmente en relación con mujeres transgénero. Los estigmas, la marginalización y la exclusión social moldean tanto la forma en que estas mujeres se perciben a sí mismas como la manera en que son percibidas por la sociedad. Este estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones, experiencias y estrategias de afrontamiento de mujeres transgénero involucradas en la prostitución. Se adoptó un enfoque exploratorio, descriptivo y cualitativo, aplicando cuestionarios a 20 mujeres transgénero en los municipios de Goiânia y Aparecida de Goiânia, Brasil. El análisis de los datos reveló que la prostitución impacta significativamente en la construcción de la identidad social de estas mujeres, reforzando vulnerabilidades marcadas por transfobia, racismo y exclusión educativa y laboral. No obstante, también se identificaron formas de resistencia, resignificación y elaboración de proyectos de futuro, evidenciando la agencia posible incluso en contextos de precariedad. Los resultados subrayan la necesidad de políticas públicas inclusivas e interseccionales, así como de cambios socioculturales que deconstruyan los estigmas y promuevan el reconocimiento pleno de la dignidad de las mujeres transgénero.

Palabras clave: Identidad social. Vulnerabilidad social. Mujeres Transgénero.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Jesus (2012), o termo "transgênero" abrange um grupo diverso de pessoas que, em diferentes graus, não se identificam com os comportamentos e papéis atribuídos ao gênero designado ao nascimento. Esse conceito mais amplo inclui tanto transexuais quanto travestis, caso seja entendido como uma identidade. Em contraste, pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer, são chamadas cisgênero. No entanto, há quem considere transgênero como uma categoria distinta das identidades travesti e transexual, destacando diferentes nuances dentro dessa diversidade.

De acordo com Jesus (2012), o termo "travesti" é anterior ao conceito de transexual e ainda mais estigmatizado na sociedade em comparação com "trans". A autora define travestis como pessoas que adotam papéis de gênero feminino, mas não se identificam nem como homens nem como mulheres, situando-se em um terceiro gênero ou em uma identidade fora das categorias tradicionais. Nascimento (2021), em Transfeminismo, reconhece que o termo travesti faz parte do conceito trans, que usamos ao longo do trabalho como termo "guarda-chuva". No entanto, o autor destaca a importância de



empregar “travesti” em determinados contextos, para dar visibilidade a essa identidade frequentemente marginalizada, como também sugere Jesus (2012). Assim, em nossa pesquisa, utilizamos “trans” de forma abrangente, englobando tanto a transexualidade quanto as travestilidades dentro desse universo plural.

Para compreender como os conceitos científicos, epistemológicos e políticos se transformam ao longo do tempo, é essencial considerar os contextos culturais específicos que constituem essas perspectivas. Segundo Bento (2019), o chamado “fenômeno transexual” passou a ser mencionado em publicações científicas a partir da década de 1950. No entanto, o primeiro registro semelhante foi feito pelo psiquiatra francês Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), que estudou o caso de um indivíduo identificado como homem, que acreditava ser mulher e adotava características femininas, segundo normas culturais da época, classificando-o como “demoniomania” (Jorge; Travassos, 2018).

Desde o início, a transexualidade foi vista como uma prática desviada, muitas vezes associada a estigmas e até demonização e até hoje o termo “transexualidade” é frequentemente utilizado de forma pejorativa em diversos espaços sociais, sendo tratado como doença devido à imposição de um padrão cisheterocentrado pré-estabelecido. Esse padrão normativo privilegia identidades cisgêneras e heterossexuais, marginalizando experiências que não se encaixam nessas expectativas sociais e culturais (Silva, 2024).

A realidade das mulheres trans e travestis desafia as ideias de conservadorismo e/ou atraso e destacam a autonomia que elas possuem ao tentar afirmar sua presença nos lugares. Por meio de negociações — nas quais são protagonistas — elas transitam por espaços que geralmente são ignorados em relação a esses corpos, como escolas e universidades, atingindo níveis mais altos de formação, ocupando empregos e cargos públicos, e conquistando visibilidade social. Para isso, às vezes, elas ajustam aspectos de sua performance identitária e de gênero, como o uso de seu nome social, sendo flexíveis em relação a essa prática, mas estabelecendo limites sobre onde e com quem essa flexibilidade se aplica. Essas negociações não invalidam suas identidades; ao contrário, são vistas por elas como movimentos necessários e viáveis para a ocupação e circulação de seus corpos nos diversos espaços sociais (Queiroz, 2023). No entanto, desta forma, tem sido construídas relações de aceitação, respeito e, até mesmo, de valorização do seu lugar social e da sua luta por direitos.

Devido à ampla disponibilidade de mão de obra e à histórica exclusão das travestis do mercado de trabalho, muitas recorrem à prostituição de rua como meio de sobrevivência. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das pessoas trans se envolvem com a prostituição em algum momento de suas



vidas. Nesse contexto, elas se tornam alvos de políticas de eliminação, especialmente em cenários de elevado desemprego. Essas populações são vistas como "corpos descartáveis", que não se encaixam nos padrões de disciplina sexual, sofrendo discriminação, violência e até morte. A necropolítica, portanto, atua sobre essas vidas, promovendo a destruição de grupos considerados supérfluos e indesejáveis (Maciel, 2024).

Assim, a construção da identidade travesti é profundamente influenciada pelos processos coloniais, que não apenas moldaram essa identidade, mas também disseminaram atos de violência nas práticas diárias, resultando na criminalização, violência e marginalização contínuas desses corpos. Nesse contexto, é fundamental promover uma ação coletiva voltada para a transformação da realidade, iniciando um processo de ressignificação dessa identidade (Feliciano, 2023).

A trajetória histórica das relações entre o movimento organizado de prostitutas no Brasil, especialmente em relação às ativistas da Rede Brasileira de Prostitutas, revela uma dinâmica complexa, caracterizada por aproximações e distanciamentos constantes. As mulheres trans e travestis muitas vezes permanecem invisíveis dentro desse movimento e em suas demandas. Por outro lado, as travestis ocupam diferentes espaços em contextos variados. Inicialmente, elas são protagonistas da luta e também a principal causa de organização da ação coletiva. É importante destacar que essa associação ocorre em um momento político brasileiro em que diversos movimentos sociais se aproximam na luta contra as arbitrariedades do período da ditadura civil-militar. O assassinato e a violência contra travestis atuam como um estopim para a luta. Em um segundo momento, as lutas se distanciam, com mulheres cis e travestis defendendo pautas próprias, que às vezes são até contraditórias, como a relação com o reconhecimento no mercado de trabalho. Este segundo momento também é marcado por um universo mais amplo de movimentos sociais que buscam defender pautas identitárias, caracterizando-se por organizações não governamentais sustentadas por editais financiados por órgãos públicos. Com o tempo, esse movimento reduz sua capacidade combativa e direciona diversos grupos para pautas cada vez mais específicas (Barreto, 2023).

Adicionalmente, a construção da identidade social travesti se dá em um cenário latino-americano marcado pela opressão relacionada à raça, gênero, classe social e localização geográfica, que perpetua no imaginário social a ideia de que esses corpos são abjetos e merecem ser marginalizados. Os anos de exclusão da cidadania, perseguições e violências, especialmente durante o regime autoritário militar, levaram as travestis a se



organizarem coletivamente com o intuito de desenvolver um projeto político que inclua estratégias de resistência. Essa mobilização visa a conquista de cidadania, a implementação de políticas públicas inclusivas, a efetivação dos direitos sociais e políticas afirmativas contra as opressões, além de fortalecer o processo de ressignificação dessa identidade (Feliciano, 2023).

Nos anos que antecederam ao impeachment contra Dilma Rousseff (2016), observou-se reaproximações entre os movimentos, especialmente por meio de algumas de suas representantes, como as travestis, que trazem novas pautas relacionadas à violência e à opressão que exigem ação conjunta. Nesse contexto, é essencial destacar que os movimentos sociais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, estão cada vez mais marcados por fragmentação e uma estrutura de ação em redes, além de práticas individuais de militância na internet que não estão necessariamente ligadas a um movimento social específico. A participação das travestis no movimento organizado de prostitutas foi de fundamental importância para a elaboração de pautas e demandas por direitos. É necessário expandir progressivamente o diálogo para garantir que a diversidade das reivindicações seja respeitada e atendida (Barreto, 2023).

A literatura internacional também evidencia que a prostituição de pessoas trans não pode ser analisada apenas pela ótica individual, mas precisa ser compreendida a partir das intersecções entre gênero, classe, raça e sexualidade. Autoras como Butler (2004) e Kulick (1998) chamam atenção para como a construção da identidade de gênero é atravessada por normas sociais que definem quais corpos são considerados legítimos ou não. Nesse sentido, mulheres transexuais e travestis em situação de prostituição revelam, de forma ainda mais intensa, as contradições entre os discursos normativos sobre gênero e as experiências vividas, reafirmando a necessidade de compreender esses sujeitos como protagonistas de suas próprias trajetórias, e não apenas como vítimas de marginalização.

Por outro lado, estudos internacionais recentes, como os de Plummer (2015) e Missé (2018), destacam que a prostituição pode ser, ao mesmo tempo, um espaço de vulnerabilidade e de resistência, em que se criam redes de apoio e formas de ressignificação da identidade. Essa perspectiva converge com a produção latino-americana, que sublinha a importância das estratégias coletivas de enfrentamento e a necessidade de políticas públicas inclusivas. Ao aproximar o debate nacional do internacional, percebe-se que, embora os contextos culturais e políticos variem, as experiências de mulheres trans em situação de prostituição compartilham desafios



estruturais semelhantes, ligados ao estigma social e à necropolítica, mas também demonstram uma capacidade ativa de agência e de reinvenção identitária.

Embora destaca-se a prostituição como fenômeno social marcado por estigmas, marginalização e exclusão, é preciso problematizar a tendência de reduzir a experiência das mulheres transexuais apenas ao campo da vulnerabilidade. Essa leitura, ainda que verdadeira em muitos aspectos, pode reforçar uma visão unilateral que as coloca somente como vítimas, invisibilizando suas estratégias de agência, resistência e produção de novas formas de sociabilidade. Além disso, ao enquadrar a prostituição apenas como reflexo de um sistema excludente, corre-se o risco de desconsiderar os contextos culturais, históricos e políticos que moldam essa prática em diferentes sociedades, o que evidencia a necessidade de articular a discussão com referenciais teóricos mais amplos, inclusive internacionais, que permitam compreender tanto os processos de estigmatização quanto os de resignificação identitária.

Diante disto, surge a pergunta da pesquisa: como as mulheres transexuais em situação de prostituição percebem suas vivências e constroem sua identidade diante do estigma social?

A partir destas diferenças elencadas, o objetivo deste artigo é compreender as percepções, vivências e estratégias de enfrentamento de mulheres transexuais em situação de prostituição, analisando de que forma tais experiências influenciam na construção de sua identidade.

2 A PESQUISA DE CAMPO

Optou-se por uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que a pesquisa buscou compreender as percepções subjetivas e as dinâmicas sociais relacionadas à construção da identidade de mulheres transexuais em situação de prostituição. Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é adequada para a investigação de fenômenos sociais complexos, pois privilegia a compreensão do sentido atribuído pelos sujeitos às suas experiências, em detrimento da mensuração numérica dos dados. O caráter exploratório, segundo Gil (2008), justifica-se pela escassez de estudos voltados especificamente à relação entre prostituição, identidade de gênero e estratégias de resistência. Já o aspecto descritivo permitiu mapear e caracterizar os principais elementos que compõem a vivência das participantes, como discriminação, aceitação social e redes de apoio.



O instrumento de coleta utilizado foi um questionário semiestruturado, aplicado a 20 mulheres transexuais em situação de prostituição nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia – GO. A escolha desse instrumento deve-se ao fato de que ele possibilita tanto a obtenção de dados objetivos (como escolaridade e histórico de exclusão social) quanto subjetivos (como percepções pessoais sobre identidade e experiências de estigma), permitindo maior profundidade na análise.

A coleta ocorreu nos locais de trabalho das participantes, após esclarecimento dos objetivos da pesquisa, da voluntariedade da participação e do direito de interrupção a qualquer momento, assegurando o cumprimento dos princípios éticos previstos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (CAAE: 77953224.6.0000.5146).

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), categorizando as respostas conforme semelhanças e recorrências. Essa técnica permitiu identificar padrões, tensões e contradições nas narrativas, possibilitando interpretar como as experiências de prostituição e transfobia se articulam à construção de identidade e às estratégias de resistência.

A sobreposição entre prostituição e transfobia, como destacado por Rodrigues (2024), evidencia as múltiplas barreiras sociais e estruturais enfrentadas por pessoas transexuais e travestis no Brasil. Nesse sentido, compreender essas experiências pela via qualitativa contribui não apenas para revelar vulnerabilidades, mas também para indicar caminhos de resiliência, fundamentais para a formulação de políticas públicas inclusivas e efetivas.

As participantes dessa pesquisa tinham idades entre 19 e 48 anos e começaram a trabalhar com prostituição entre os 8 e 25 anos. Dentre elas, 12 foram apresentadas por amigas, 5 buscaram sozinhas, duas descobriram a prostituição através de um site e uma afirmou ter optado por essa profissão devido ao uso de drogas. Ao serem perguntadas sobre cor/raça, 12 se consideraram pardas, 1 branca, 6 pretas e 1 se identificou como morena. A prevalência de pessoas não-brancas na prostituição pode ser explicada por diversos fatores, no entanto, Araújo (2024) afirma que a experiência das travestis negras, assim como a de todas as pessoas trans negras, possui características específicas, sobretudo culturais, em função da interseção de diversas formas de opressão sejam elas da masculinidade patriarcal e/ou da misoginia, por exemplo. Atrelado a isso, a autora ainda afirma que a obscenidade é definida como um mecanismo hostil, mas é na verdade um fenômeno manipulador, criado pela estrutura cis-heteronormativa e patriarcal da



cultura ocidental, utilizado repetidamente para manter a opressão sobre mulheres, pessoas LGBTQ+ e populações não-brancas.

Quanto ao estado civil, todas eram solteiras. Todas se identificam como transgênero, sendo que 7 se consideram heterossexuais, 6 bissexuais, 4 homossexuais e uma pansexual. No entanto, duas delas se identificaram como transexuais, o que sugere uma confusão entre identidade de gênero e orientação sexual entre as participantes.

Nossa pesquisa foca nas mulheres transexuais, sendo relevante a definição de Jesus (2012), que as descreve como pessoas que reivindicam reconhecimento social e legal como mulheres. De acordo com a autora, a identidade de uma pessoa transexual está em conformidade com o gênero com o qual se identifica, o que implica que uma mulher transexual buscará um nome, aparência e comportamentos tradicionalmente associados ao feminino. É essencial entender que o conceito de gênero refere-se à forma como uma pessoa se identifica e é identificada como homem ou mulher, diferindo da orientação sexual, que diz respeito à atração por outros. Assim, uma mulher transexual pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual, pois a transexualidade está vinculada à identidade de gênero e não à posse de determinados órgãos sexuais ou à orientação sexual (Silva, 2024).

Neste estudo as participantes são de diferentes cores/raças e estados civis, havendo uma disparidade dos dados, demonstrando que não há um padrão físico e/ou social, mas que podem ter entrado nessa profissão por problemas financeiros. No entanto, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023), é urgente reconhecer que nem toda profissional do sexo se encontra em situação de vulnerabilidade social, e que muitas enxergaram nessa atividade uma alternativa diante do empobrecimento imposto aos corpos trans pela falta de oportunidades.

Das 20 participantes, 3 vivem com a família (mãe, irmã, primos e sobrinhos), enquanto 17 não moram com a família. Os motivos mencionados para essa situação incluem: serem de outros estados, buscarem liberdade, estabilidade financeira, a questão de serem travestis, terem saído de casa após descobrirem a prostituição, ou por morarem com outras colegas de trabalho. Apenas 6 delas nasceram em Goiás, enquanto 14 são originárias de estados como Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará e São Paulo.

Assim como relatado por Benevides e Nogueira (2021), as participantes da pesquisa ainda em tenra idade, são empurradas para as ruas, sem apoio financeiro, familiar ou educacional, fazendo da prostituição e do trabalho informal as opções que encontram para garantir a própria sobrevivência. De acordo com os dados coletados,



algumas entrevistadas começaram a trabalhar com prostituição aos 8 anos, corroborando com MacKinnon (2024) que, ao analisar pornografias digitais, chegou a conclusão que algumas mulheres ingressam na indústria do sexo ainda menores de idade, com a vulnerabilidade desempenhando um papel central em seu apelo e posterior comercialização.

As informações sobre o rendimento familiar mensal com trabalho formal e o rendimento obtido através da prostituição estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Número de participantes e valor de rendimento mensal com o trabalho formal e com a prostituição

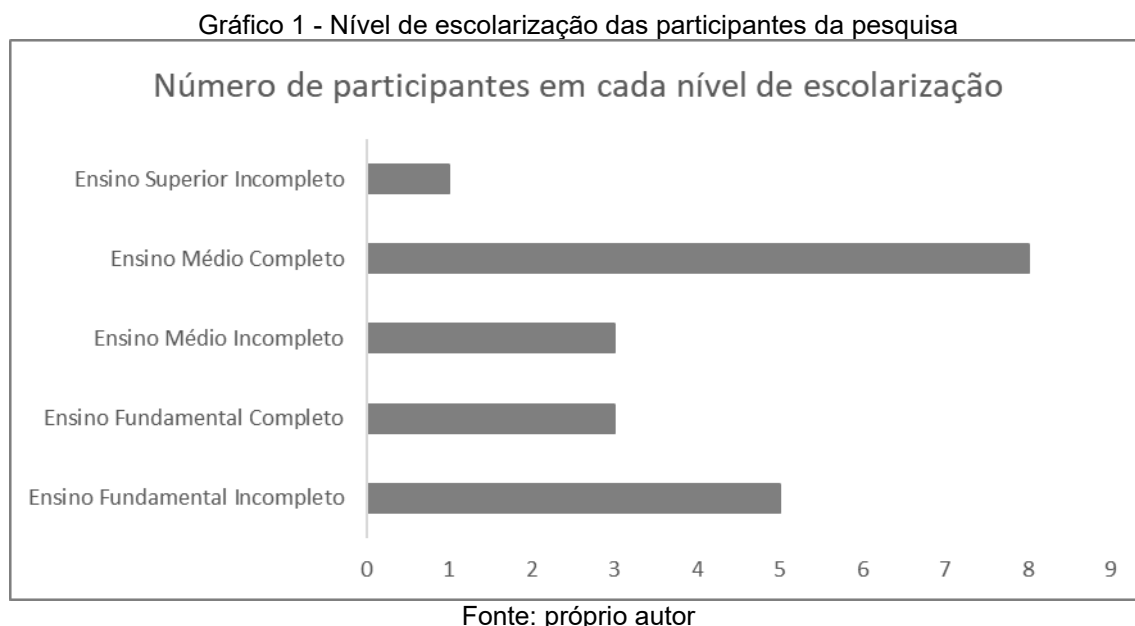
Rendimento mensal (R)	Número de participantes	
	Apenas com o trabalho formal	Apenas com a prostituição
2 a 6 mil	16	15
7 a 11 mil	4	5
Total de participantes	20	20

Fonte: próprio autor, 2024

Das 20 participantes, apenas 6 têm outra profissão, atuando como cabeleireira, manicure, operadora de caixa, técnica de enfermagem e uma em uma panificadora, com remunerações variando entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.500,00. Portanto, a maioria das participantes tem como principal fonte de renda a prostituição, fato que pode ser reflexo do que destaca Lopes, Souza e Bouth (2024), que o Estado opera por meio de um dispositivo cisnormativo que hierarquiza e viola a vida das pessoas trans. Dessa forma, destaca-se a responsabilidade do Estado brasileiro em assegurar o acesso ao trabalho e à renda como direitos fundamentais, uma garantia que é frequentemente negada à população transgênera. Essas violações podem ser compreendidas como danos sociais que impactam a vida dessas pessoas, superando os limites do ordenamento jurídico e a esfera de violência entre indivíduos. Por isso, diante da complexidade das violências enfrentadas por pessoas trans e travestis ao longo de suas vidas, é imprescindível uma interpretação abrangente dos danos sociais, colocando as ações e omissões do Estado no centro da discussão sobre reparação e responsabilização.

No Gráfico 1, estão apresentados os números de participantes em cada nível de escolarização.





Apenas 1 participante da pesquisa ainda está estudando e cursa o Ensino Superior; as outras 19 interromperam os estudos entre os 12 e 23 anos. No entanto, 12 delas acreditam que, se tivessem mais oportunidades de estudo, estariam em outras profissões. Elas afirmaram: “aqui (referindo-se à prostituição) foi falta de oportunidades; parei de estudar porque fui agredida na escola; conhecimento traz oportunidades; eu teria uma profissão e, em São Paulo, tem o transcidadania e ainda quero me matricular lá.” Ao estudar a população transexual, Monteiro, Brigeiro e Barbosa (2019) identificaram que situações como conflitos familiares, expulsão do lar, transfobia, abandono precoce da escola e dificuldades para ingressar no mercado de trabalho qualificado são, frequentemente, parte desse contexto.

Adicionalmente, os movimentos sociais, como a luta do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, buscaram revisitar a história com o objetivo de repensar os processos pedagógicos que construíram pessoas trans como grupos indesejados nas salas de aula. Essa indesejabilidade não se refere apenas à presença física, mas também ao fato de que esses grupos trazem novas possibilidades educativas que desafiam as pedagogias opressoras e desumanizadoras. A autora enfatiza a necessidade de confrontar essas pedagogias antagonistas e criar novas abordagens que reestruturem a forma como o pensamento dominante marginaliza vidas e corpos trans, agrupando essas iniciativas como as Pedagogias das Travestilidades (Passos, 2022).

As Pedagogias das Travestilidades trazem para o debate novas perspectivas e ferramentas voltadas à transformação radical da realidade opressora e transfóbica. Elas revelam os mecanismos que impuseram às travestis e transexuais condições de vida

precárias, apresentadas como inalteráveis. Ao questionar a desumanização como um destino inevitável, essas abordagens pedagógicas expõem o histórico de violência enfrentado por travestis e transexuais nas instituições de ensino brasileiras. Suas ações propõem uma educação que gera "desequilíbrios" (Pedagogia do Salto Alto), provoca "estranhezas" (Pedagogia Queer) e promove "desobediências" (Pedagogia da Desobediência) diante da ordem estabelecida (Passos, 2022).

Apenas 12 entrevistadas declararam ter tido educação sexual na escola: 9 durante o Ensino Fundamental, 2 no Ensino Médio e 1 não se recorda em que etapa estudou. Dessas 12, 6 aprenderam o tema na disciplina de Ciências, 1 em Biologia, 3 por meio de palestras, e 2 não se lembram em qual série tiveram contato com o assunto. Entre os tópicos abordados, foram mencionados: infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), métodos contraceptivos, prevenção, puberdade, sistemas reprodutores, gravidez e corpo humano.

A educação sexual deve começar desde a infância, assim como se introduzem as crenças religiosas da família, os princípios de convivência social e a alfabetização. Esse ensino precisa ocorrer paralelamente à construção do caráter da criança, o que reforça a importância de integrá-lo ao processo de escolarização (Spaziani; Maia, 2015). No entanto, conforme relatado pelas participantes da pesquisa, elas tiveram contato com educação sexual de forma pontual, indicando que esse conteúdo não esteve presente ao longo de sua trajetória escolar. Isso pode influenciar na escolha profissional, embora sejam necessários mais estudos para aprofundar essa relação, considerando que “na sociedade contemporânea, é perceptível uma escassez de literatura sobre a relação entre educação e prostituição” (Vieira; Costa, 2024, p. 3).

As participantes da pesquisa mencionaram que, em sua rotina diária, a maioria costuma permanecer mais em casa, saindo apenas para exercer a prostituição. Algumas relataram frequentar a academia, enquanto outras dividem o tempo entre um emprego formal e a prostituição. Uma participante, em particular, afirmou conciliar o trabalho formal, a faculdade que está cursando e a prostituição.

Quando questionadas sobre a percepção das pessoas ao seu redor em relação ao trabalho com prostituição, as respostas estão organizadas na Tabela 2.



Tabela 2 - Pessoas do convívio social e opiniões sobre a prostituição como profissão

Categorias de respostas	Familiares	Convívio social (amigos, vizinhos)
Não sabem	1	1
Sabem, mas não criticam	4	4
Com preconceito	8	4
Normalmente	7	11

Fonte: próprio autor, 2024

Portanto, 8 participantes relataram que seus familiares veem a prostituição com preconceito. Além disso, sete afirmaram que temas relacionados à sexualidade nunca são discutidos em casa, enquanto dez disseram que conversam normalmente sobre o assunto com os familiares, duas mencionaram ter conversas moderadas, e uma declarou que esses diálogos sempre carregam preconceito. Em relação ao círculo social mais amplo, 14 participantes afirmaram conversar normalmente sobre sexualidade, três disseram que falam bastante, uma mencionou discutir o tema de forma moderada, e duas revelaram que nunca abordam esse assunto com outras pessoas. Quando perguntadas sobre com quem costumam conversar mais sobre sexualidade, foram citados amigos(as), familiares, colegas da casa ou do ponto e clientes. Os tópicos mais discutidos incluem “a profissão, sexo anal, clientes, programas e tudo sobre sexo.”

A falta de diálogo na família pode ser justificada, conforme Weeks (2019) que historicamente, somos herdeiros da tradição absolutista, que presume que as forças perturbadoras do sexo só podem ser controladas por meio de uma moralidade claramente definida e incorporada nas instituições sociais, como o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia. Embora tenha origem na tradição religiosa judaico-cristã, essa perspectiva absolutista está atualmente muito mais amplamente enraizada na sociedade. Das participantes, nove relataram já ter sofrido discriminação por causa da profissão, mencionando situações como: “violência verbal e psicológica, acharem que eu tenho doença, piadas, preconceito da minha família, desvalorização da profissão, expulsão de salão, demissão de emprego formal, discriminação na rua, no ponto e situações de humilhação.”

Todas citaram também dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho com prostituição, como: “manter o padrão estético exigido, falta de apoio, condições climáticas adversas (calor ou frio excessivo), violência, exposição ao perigo, ansiedade, cansaço, lidar com abusos de clientes, problemas financeiros, clientes que se recusam a pagar, questões de segurança, escassez de clientes e a desonestidade de algumas colegas trans.” No entanto, uma participante afirmou não encontrar dificuldades para exercer a profissão. A percepção que tem da profissão é diversa, sendo descrita como: “perturbadora, fonte de renda, trabalho e



prazer, oportunidade de sobrevivência, forma de ajudar minha mãe, uma luta diária, falta de oportunidades, algo muito bom, eu amo.”

Em relação à percepção sobre seus corpos, as participantes expressaram sentimentos variados: “Hoje vejo meu corpo como meu, mas antes era uma máquina de sexo; Empoderamento; Não gosto, me arrependo das intervenções que fiz; Saúde, autoestima; Corpo padrão; Investimento; Tudo. Amo meu corpo; Sedução para homens; Autoconfiança; Trabalho e dinheiro; Uma conquista; Uma mulher feminina; Realização; Afeminado, gosto muito; Meu corpo, minhas regras.” As falas relatadas nesta pesquisa corroboram com Queiroz (2023) que afirmou que nem todas as experiências trans estão marcadas por uma rejeição ou repulsa em relação aos corpos com os quais nasceram, mas que essas vivências envolvem o desejo de alinhar seus corpos com a identidade de gênero com a qual se identificavam, por meio de intervenções corporais para adequá-los às características típicas do gênero desejado.

Essas intervenções corporais não se restringem a procedimentos cirúrgicos, como a colocação de prótese mamária em mulheres trans e travestis, ou a mastectomia masculinizadora (retirada dos seios, referidos como intrusos por esse grupo) em homens trans e transmasculinos. Incluíam também qualquer forma de modificação corporal que atribuísse ao corpo os significados desejados. Assim, cortes de cabelo, o uso ou não de maquiagem, a escolha de roupas, acessórios e outros adereços são vistos como maneiras de intervir no corpo para lhe atribuir os sentidos pretendidos (Queiroz, 2023).

Sobre o perfil dos clientes, elas relataram atender a diferentes públicos: quatro afirmaram atender todos os perfis, 12 trabalham exclusivamente com homens (principalmente casados), e quatro atendem tanto homens quanto mulheres, com ênfase em casais. Os dados corroboram com Fernandes e Hennig (2024) que encontraram na pesquisa realizada por eles que o perfil dos clientes dessas trabalhadoras do sexo muda, mas é composto majoritariamente por homens, assim como, na pesquisa de Fernandes, Borges e Lobo (2017) que constatou que público dessas trabalhadoras do sexo era predominantemente composto por homens que se identificavam como heterossexuais, mas que, em segredo, mantinham relações sexuais com mulheres trans e travestis. Esses clientes exigiam discrição e anonimato, a fim de manter ocultas suas práticas diante da sociedade local.

Quando questionadas sobre o apoio de instituições, 19 participantes afirmaram não receber nenhum, enquanto uma mencionou ser beneficiária do programa Bolsa Família. Em uma pesquisa realizada por Benevides e Nogueira (2021), constatou-se que cerca de 70% da população trans não foi atendida pelas políticas emergenciais durante a pandemia do COVID-19. Esse fato pode ser explicado pela ausência de documentos por parte de muitas travestis, ou



pela recusa em usar os documentos que possuem, já que não se identificam com o nome registrado. Algumas deixaram o lar cedo e não tinham documentos com o nome social. Como a apresentação de documentos era uma exigência para acessar o auxílio, muitas foram impossibilitadas de ir ao banco. Além disso, a ida ao banco poderia gerar constrangimento ao terem que justificar sua transição de gênero e relatar sua trajetória, fato este que pode justificar a ausência de cadastro dessa população para recebimento de auxílios.

Em relação às pessoas que demonstram preocupação e cuidado, foram citados: “a família, apenas a mãe, mãe e avó, mãe e irmã, as meninas da casa onde moramos, policiais, médicos, assistentes sociais ou, em alguns casos, ninguém.” Os cuidados mencionados incluem desde apoio emocional até suporte integral, descrito como: “sempre e tudo o que eu preciso.”

A exclusão, a violência e o assédio moral no ambiente familiar afetam profundamente a vontade, o emocional e o intelecto das pessoas, comprometendo sua integridade física e psíquica e dificultando sua inserção em espaços sociais, especialmente na escola e no mercado de trabalho (Batista et al., 2020).

Em relação às perspectivas para o futuro, as participantes expressaram diversas ambições e planos, como: “Parar com a prostituição e me dedicar a outras atividades (ser juíza; casar; trabalhar como cozinheira; ter uma casa; alcançar um bom salário; atuar na área da beleza; empreender; possuir imóveis para alugar; terminar de pagar meu apartamento; formar uma família).” Outras mencionaram desejos mais específicos, como: “viver isolada; fazer a transição completa para me tornar mulher; enriquecer e realizar mais cirurgias plásticas; alcançar estabilidade financeira para bancar luxos; e construir tudo para minha mãe.” A travestifobia e a transfobia, ao se manifestarem por meio de discriminação, aliadas às altas taxas de evasão escolar, ao baixo nível de instrução e à falta de representatividade no mercado de trabalho, empurram a população trans e travesti para a invisibilidade social e para as margens da sociedade (Ferreira; Ribeiro; Brito, 2022). Portanto, nota-se duas categorias de respostas: a primeira, voltada para planos mais amplos, ligados à profissão, emprego, renda; e a segunda, ligada ao corpo, à beleza, à uma configuração pessoal como mulher.

Os dados da nossa pesquisa corroboram com Lopes, Souza e Bouth (2024), pois com base nessas observações, foi possível perceber que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho estão, de fato, associadas ao histórico de exclusão familiar e à evasão escolar em muitos casos. No entanto, essas dificuldades não se limitam a esses fatores, estando principalmente relacionadas ao medo e à vivência contínua de discriminação, tanto no momento da admissão quanto nos desafios enfrentados para a



permanência no mercado de trabalho. Colognese e Budó (2018) destacam que sexismo, racismo e a exclusão de grupos étnicos são exemplos de danos que poderiam ser evitados ou que são agravados pelas ações e omissões do próprio Estado.

A falta de emprego e renda para a população trans e travesti gera danos profundos que evidenciam a responsabilidade do Estado em promover políticas públicas específicas para esse grupo. Essas políticas não devem se limitar ao simples acesso a oportunidades, mas precisam incluir ações de reparação que permitam a superação do ciclo de exclusão, marginalização e opressão. Assim, é essencial que essas medidas possibilitem a construção de novas subjetividades e formas de existência para essa população (Lopes; Souza; Bouth, 2024).

A análise dos dados empíricos permite compreender que a prostituição, no caso das mulheres transexuais, não pode ser lida apenas como uma prática econômica de sobrevivência, mas como um espaço onde se cruzam múltiplas formas de opressão e resistência. O início precoce de muitas na prostituição, a predominância de mulheres negras e pardas, a evasão escolar e a ausência de apoio familiar revelam a força de dispositivos estruturais de exclusão que operam de maneira interseccionada. Esses dados confirmam o que autoras como Araújo (2024) e Benevides e Nogueira (2021) apontam: a transfobia e o racismo produzem um campo de vulnerabilidade que empurra essas mulheres para os limites sociais, naturalizando sua presença em contextos de precariedade. Ao mesmo tempo, contudo, os relatos de ressignificação do corpo, de autoestima e de projetos futuros evidenciam que, mesmo em condições adversas, essas mulheres elaboram estratégias de resistência que desafiam o destino de marginalização a elas imposto.

Portanto, a pesquisa indica que as trajetórias das participantes não podem ser reduzidas ao estigma da prostituição, mas devem ser entendidas como narrativas complexas, marcadas por disputas de reconhecimento, tentativas de pertencimento e lutas pela afirmação de identidades. A prostituição, longe de ser apenas um marcador de exclusão, torna-se também um espaço de sociabilidade, de sobrevivência e, em alguns casos, de empoderamento. Esse paradoxo — ser, ao mesmo tempo, espaço de opressão e de reinvenção — mostra como as identidades trans na prostituição são produzidas de forma relacional e conflitiva, em diálogo com normas cisheteronormativas e raciais que buscam regulá-las. A interpretação crítica dos dados, assim, evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam essa complexidade, não apenas protegendo direitos básicos, mas criando condições reais para que essas mulheres possam escolher



livremente suas trajetórias, rompendo com o ciclo de marginalização e invisibilidade a que historicamente foram submetidas.

Por isso, estudar a realidade das pessoas trans envolvidas na prostituição é fundamental para compreender as múltiplas camadas de exclusão e violência a que essa população está submetida. Essa pesquisa permitiu identificar como a falta de oportunidades no mercado formal, a evasão escolar, o preconceito e a discriminação contribuem para que muitas pessoas trans vejam na prostituição uma das poucas alternativas de sobrevivência. Além disso, esse tipo de estudo evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam inclusão social e reparação, oferecendo alternativas concretas de trabalho e renda, combatendo estigmas e garantindo dignidade e cidadania a essas pessoas.

3 CONCLUSÃO

Discutir os desafios e preconceitos enfrentados por mulheres transexuais na prostituição exige reflexão sobre a intersecção de vulnerabilidades que caracterizam essa realidade. As mulheres transexuais que se encontram na prostituição enfrentam um estigma social profundo, que é moldado pela discriminação de gênero e pela transfobia. Esse estigma afeta suas vidas de diversas maneiras, limitando as oportunidades de trabalho e acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A prostituição, para muitas, não é uma escolha, mas uma imposição resultante de um sistema social excludente que as empurra para as margens. Assim, a prostituição se torna não apenas uma questão econômica, mas um reflexo das exclusões e da violência estrutural.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como mulheres transexuais em situação de prostituição percebem e vivenciam sua identidade, considerando os desafios enfrentados, os estigmas sociais e as estratégias de resistência e resignificação que desenvolvem. Os resultados demonstraram que esse objetivo foi atingido, uma vez que as narrativas evidenciaram tanto as vulnerabilidades associadas à prostituição e à transfobia, quanto os mecanismos de resistência e resignificação de identidade adotados por essas mulheres.

A pergunta de pesquisa – de que maneira a experiência da prostituição influencia a construção identitária e as estratégias de resistência de mulheres transexuais? – também foi respondida. Verificou-se que a prostituição atua, simultaneamente, como um espaço de imposição de estigmas e exclusões, mas também como um campo no qual emergem formas de resiliência, organização coletiva e reconstrução do sentido de si.



Além disso, o preconceito e a marginalização colocam essas mulheres em constante situação de risco e vulnerabilidade. No cotidiano do trabalho sexual, elas estão expostas a violências físicas e psicológicas, agravadas pela estigmatização que dificulta a busca por apoio policial e judiciário. A transfobia enraizada na sociedade e, por vezes, nas próprias instituições públicas, coloca barreiras na denúncia de agressões, deixando-as sem proteção efetiva. Muitas enfrentam a falta de apoio familiar e social, intensificando o isolamento e a dependência de redes de prostituição onde a exploração é comum.

Outro desafio importante está na dificuldade de acesso a cuidados de saúde adequados e respeitosos, especialmente no que diz respeito à saúde mental e aos processos de transição de gênero. Mesmo quando conseguem acessar o sistema de saúde, muitas mulheres transexuais relatam discriminação e falta de sensibilidade por parte de profissionais, o que afeta negativamente o acompanhamento necessário para enfrentar os impactos físicos e psicológicos da prostituição. A ausência de políticas públicas focadas nas necessidades específicas das mulheres trans em situação de prostituição reflete a negligência do Estado em proteger e promover o bem-estar dessa população.

Portanto, para mitigar os desafios e preconceitos enfrentados por essas mulheres, é fundamental que a sociedade amplie sua compreensão e adote políticas inclusivas que respeitem a dignidade e promovam a igualdade de oportunidades. Investir em programas de qualificação profissional, atendimento à saúde, e suporte psicológico voltado especificamente para mulheres trans pode ajudar a abrir caminhos para novas possibilidades de vida. Além disso, é necessário um compromisso coletivo em combater a transfobia em todas as esferas da sociedade, permitindo que as mulheres transexuais tenham um espaço onde possam viver sem medo e com o respeito que merecem.

Essas mulheres enfrentam estigmas tanto por sua identidade de gênero, quanto pela profissão que exercem, o que resulta em uma vulnerabilidade social acentuada. Essa dupla marginalização reflete-se em diferentes esferas de suas vidas, desde a dificuldade de acesso à educação formal até a exclusão de espaços sociais e profissionais, perpetuando um ciclo de invisibilidade e discriminação.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wpcontent/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.



ARAÚJO, C. C. **Bixa travesty e a expressão trans e travesti negra no audiovisual brasileiro**. 2024. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social - Audiovisual) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, S. M. et al. Jornada Trans: um estudo acerca da trajetória de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho do Recife. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 2, p. 144-166, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Salvador: Devires, 2019.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

COLOGNESE, M. M. F.; BUDÓ, M. de N. Limites e possibilidades da criminologia crítica nos estudos dos crimes dos Estados e dos mercados. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 19, n. 1, p. 55-90, 2018.

FELICIANO, K. O. Orgulho de ser travesti: a resignificação da identidade social travesti como estratégia de resistência. **Cadernos Humanidades em Perspectiva**, v. 7, n. 16, 2023.

FERNANDES, L. A. B.; HENNING, C. E. “Existe uma diferença entre ser abandonada... e ser esquecida”: percursos acerca das condições de vivência de travestis trabalhadoras do sexo durante a pandemia da Covid-19. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 11, n. 25, p. 337-360, jan./abr. 2024. ISSN: 2358-5581.

FERNANDES, L. A. B.; BORGES, Á. A. C.; LOBO, R. P. B. Travestilidade às avessas – a desconstrução de uma paródia identitária. **Estudos Feministas**, v. 4, p. 473-494, 2017.

FERREIRA, F. F.; RIBEIRO, T. M. S.; BRITO, W. F. Percepção das pessoas trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 11, p. e3946-e3946, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.



KULICK, Don. **Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

LOPES, D. H. A.; SOUZA, L. T.; BOUTH, C. L. A falta de trabalho e renda da população transexual e travesti como danos sociais: reflexões sobre a omissão e a responsabilidade do Estado. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e18418, 2024. ISSN 2595-3206.

MACKINNON, C. A. OnlyFans não é uma plataforma segura para "trabalho sexual". É um cafetão. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 17-22, 1º sem. 2024. ISSN 1678-3425.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MISSÉ, Miquel. **A la conquista del cuerpo equivocado**. Barcelona: Egales, 2018.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 1-4, 2019.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. E-book. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PLUMMER, Ken. **Cosmopolitan sexualities: hope and the humanist imagination**. Cambridge: Polity Press, 2015.

RODRIGUES, J. L. **Prostituição e transfobia: intersecções de vulnerabilidade social no Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2024.

QUEIROZ, J. S. S. **Cidade Amorável(?): negociação da presença de sujeitas trans em um município interiorano do Rio Grande do Norte**. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Natal, RN, 2023.

RODRIGUES, J. V. **Desemprego e discriminação contra pessoas transexuais no Brasil**. 55 f. Monografia (Trabalho de Curso II) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024.

SILVA, R. B. **Violências contra mulheres trans no Brasil: um olhar desde a bioética de intervenção**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagógica**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.

VIEIRA, P. A.; COSTA, H. A. L. **“No meio do caminho tinha uma pedra”**: relato de uma prostituta sobre o não acesso à Universidade. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2024/TRABALHO_COMPLETO_E_V196_MD1_ID6_TB369_09062024171237.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

